Evolução histórica da Párokua sob a ótica da Estabilidade do Pároco

ROGER MATHEUS DOS SANTOS¹

Resumo: Este artigo aborda a evolução histórica da estabilidade no exercício do paroquiato propondo um excursus historicus sobre a paróquia sob a ótica da estabilidade: da Igreja nascente, passando pelo apogeu do instituto paroquial com o concílio de Trento (e a reforma perpetrada pelos padres conciliares à figura do pároco), chegando às origens dos párocos amovíveis e inamovíveis como decorrência da problemática formalmente exposta com a revolução francesa. Este último desafio foi codificado pelo ordenamento jurídico de 1917 (que defendia a estabilidade do múnus paroquial, mas possibilitava o seu contrário segundo as circunstâncias) e revisto pelo código de 1983 que, extinguindo o dualismo entre párocos inamovíveis e amovíveis, legislou sob os salutareos ventos de renovação do concílio Vaticano II propondo a estabilidade do pároco no cânon 522.

Palavras-chave: Paróquia; Pároco; Estabilidade.

Riassunto: Il presente articolo vuole dimostrare l'evoluzione storica della sta-

1. Roger Matheus dos Santos é presbítero da Diocese de Taubaté e mestre em Direito Canônico pelo Instituto Giuseppe Benito Pegoraro.

Evolução histórica da Pároquia...

bilità nel esercizio del ministero parrocchiale proponendo un "excursus historicus" sulla parrocchia nell'ottica della stabilità: dalla Chiesa delle origini passando per l'apogeo dell'istituzione parrocchiale con il Concilio di Trento (e la riforma fatta dai padri conciliari alla figura del parroco) arrivando alle origini dei parroci amovibili ed inamovibili come conseguenza del problema formalmente esposto con la Rivoluzione Francese. Quest'ultima sfida fu codificata dall'ordinamento giuridico del 1917 (che difendeva la stabilità del munus parrocchiale ma rendeva possibile il contrario secondo le circostanze) e riveduto dal codice del 1983 che, estinguendo il dualismo tra parroci inamovibili ed amovibili, legiferò sotto i venti salutarì di rinnovamento del Concilio Vaticano II proponendo la stabilità del parroco nel canone 522.

Parole chiave: Parrocchia, parroco, stabilità.

Introdução

Há séculos a paróquia configura-se como a celular primordial da Igreja. Se as Dioceses compõem a estrutura essencial da Igreja de Cristo, sendo nelas e por elas que tal instituição deixada pelo Senhor se faz acontecimento e história real na experiência da unidade na pluriformidade de manifestações eclesiais, "também existem outras realizações de Igreja que se revestem de grande importância, porque são nelas que os batizados vivem sua eclesialidade de forma concreta e direta. São nelas que a Igreja se faz acontecimento e história. São nelas que se pode enriquecer a unidade quando se vive a comunhão"². Logo, são nas paróquias que os cristãos nascem, vivem e experimentam na terra os dons confiados pelo Senhor à sua Igreja.

Muito se poderia expor sobre tal realidade, como já o fizera com maior propriedade inúmeros autores de conceituado renome. Neste artigo, nosso intento será abordar a evolução histórica da paróquia sob a égide da estabilidade do presbítero colocado à sua frente, cuja responsabilidade essencial é prover a comunidade dos bens necessários para a salvação. A paróquia torna-se, desse modo, a instância de maior proximidade entre os pastores e os fiéis, realizando o mistério da Igreja pela administração da *cura animarum*³.

2. Eloy Bueno de LA FUENTE, *Eclesiologia*, 2004, p. 111.

3. Alfredo TEIXEIRA, *Entre a exigência e a ternura, uma antropologia do habitat institucional católico*, 2005, p. 242.

1. Ministério ordenado e vínculo paroquial na Igreja nascente

1.1 *Ministério episcopal e estabilidade eclesial*

Na origem do cristianismo percebe-se claramente o espírito missionário que animava os primeiros evangelizadores e fundadores de comunidades⁴. Apesar de assumirem com maturidade sua vocação missionária, os apóstolos logo sentiram a necessidade de uma estrutura com governo específico, local e territorial⁵. Já neste período da nascente Igreja a vida da comunidade cristã fundava-se em três grandes pilares: o serviço da palavra, dos sacramentos e da caridade⁶. O desempenho destas funções era de responsabilidade do bispo, que, com muita celeridade, não pode responder a todas as exigências oriundas da expansão da Igreja. De imediato surge a figura do diácono (At 6,1-6)⁷, com a peculiar responsabilidade de ministro da caridade. Mesmo que não tenha se restringido apenas à dimensão caritativa, o diaconato não se constituiu como ordem sacerdotal, mas apenas de serviço⁸, permanecendo ainda ao bispo a responsabilidade por uma

4. Cf. Mc 16,15; At 1,8; 1Cor 9,16 entre outros textos exemplares da eminente vocação ad gentes do cristianismo primitivo.
5. José Everaldo RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 103.
6. Segundo Manuel Lourenço, “a paróquia surgiu e manter-se-á como uma resposta acessível à necessidade dos discípulos serem alimentados pela palavra e por uma vida sacramental comunitária que lhes fortaleça o dia-a-dia da vivência segundo as exigentes normas evangélicas e apelo à santidade que importa ir sempre lembrando” (Manuel LOURENÇO, *A paróquia: perspectiva histórico-jurídica*, in *A paróquia comunidade de fiéis – actas da XI jornadas de Direito Canonico*, Lisboa, 2003, p. 30).
7. Embora hoje se tenha por certo que os “Sete” a que se refere o livro dos Atos dos apóstolos não podem ser considerados “diáconos” no sentido ministerial que o termo assumiu, visto que eles assumem praticamente o papel dos apóstolos para o grupo helenista (cf. Eloy Bueno de LA FUENTE, op. cit., p. 202).
8. Reafirmando a distinção ministerial entre os diáconos e os que são revestidos da ordem sacerdotal (bispos e presbíteros) convém reproduzir aqui a prescrição encontrada no cânon 18 do Concílio de Nicéia (325). Mesmo que tais prescrições se refiram à ordem cultural, percebe-se a clara distinção

comunidade que se expandia consideravelmente⁹.

Como se pode intuir, nestas comunidades cristãs primitivas não havia o instituto da “transferência”: quando alguém era eleito como hierarca de sua comunidade, servia-a de forma estável à esta mesma comunidade por toda a vida¹⁰. Muitos textos da patrística confirmam o estreito vínculo existente entre o bispo e as demais manifestações eclesiais, seja o presbitério que se reúne ao seu entorno, sejam os fiéis leigos que dele recebem os auxílios espirituais da Tradição Apostólica, doutrina, governo e sacramentos. “Tal unidade abrangia o setor administrativo tanto quanto o cultural, ou seja, uma comunidade, um bispo. Em consequência, um só altar”¹¹.

Santo Inácio de Antioquia, no II século, testemunha por meio da carta dirigida aos efésios, a estreita comunhão existente na Igre-

entre os graus da ordem que se vai alcançando gradativamente na Igreja primeva: “Chegou ao conhecimento do santo e grande sínodo, que nalguns lugares e cidades os diáconos dão a eucaristia aos presbíteros, o que não foi transmitido nem pela regra canônica, nem pelo costume, ou seja, que os que não tem poder para oferecer deem o corpo de Cristo aos que oferecem. E também tivemos o conhecimento de que alguns diáconos tocam na eucaristia mesmo antes dos bispos. Estas coisas devem ser suprimidas. Isso tudo deve ser eliminado. Os diáconos permaneçam em seus próprios limites, considerando que são ministros dos bispos e inferiores aos presbíteros. Recebam a eucaristia como o exigem a ordem, depois dos sacerdotes e pela mão do bispo ou do presbítero. Também não é lícito ao diácono sentar-se no meio dos presbíteros, o que é contra os cânones e contra a ordem. Se algum, mesmo depois destas prescrições, não quiser obedecer, seja suspenso do diaconato” in SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA, Antologia litúrgica, textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio, 2003, p. 559. Recentemente esta teologia acerca do diaconato foi codificada pelo motu proprio *Omnium in mentem* em seu artigo 2 que modifica o c. 1009: “Aqueles que são constituídos na ordem do episcopado ou do presbitério recebem a missão e a faculdade de agir na pessoa de Cristo cabeça; os diáconos, ao contrário, sejam habilitados para servir o povo de Deus na diaconia da liturgia, da palavra e da caridade”

9. O bispo desde sempre foi o centro da comunidade eclesial, assistido, tanto no governo da Igreja quanto nas ações litúrgicas pelo colégio de presbíteros juntamente com os diáconos que realizam atividades diversas (cf. Eloy Bueno de LA FUENTE, op. cit., p. 202).
10. José Everaldo RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 104.
11. Djalma Rodrigues ANDRADE, *Reinventar a paróquia? Sonhar em tempo de incertezas*, 2006, p. 17.

ja com seu bispo. Acerca da unidade dos presbíteros com o bispo local afirma Santo Inácio: “Vosso presbitério, digno de tão boa reputação, digno que é de Deus, sintoniza com o bispo como cordas com a cítara. Por isso, no acorde de vossos sentimentos e em vossa caridade harmoniosa, Jesus Cristo é que é cantado”¹². De forma ainda mais incisiva discorre o bispo antioqueno aos cristãos de Es-mirna acerca da unidade de todos ao redor do bispo:

Sigam todos ao bispo, como Jesus Cristo ao Pai. [...] ninguém faça sem o bispo coisa alguma que diga respeito à Igreja. Por legítima seja tida tão-somente a eucaristia, feita sob a presidência do bispo ou por delegado seu. Onde quer que se apresente o bispo, ali também esteja a comunidade, assim como a presença de Cristo Jesus também nos assegura a presença da Igreja católica¹³.

Chama a atenção a concepção eclesial da comunidade antio-quena do segundo século refletida no texto de seu bispo. O único pastor próprio do rebanho é o bispo. Qualquer outro presbítero que exerça, por necessidades específicas e muito pontuais, as funções próprias do bispo local, deverá fazê-lo exclusivamente na qualidade de seu delegado.

1.2 Comunidade de fiéis confiada a presbíteros

Por mais eloquente e benfazeja que seja esta organização eclesiástica dos primeiros séculos da Igreja, os desafios da expansão eclesial urgiam dos pastores novos meios de se fazerem presentes em meio à grei que se desenvolvia com admirável vitalidade.

Colocou-se a questão não muito pacífica da necessidade de instituir novos modelos de agentes pastorais que em nome do bispo, incumbissem-se destes múnus e funções. Esta questão suscitava polêmicas acirradas, e não poucas resistências. Para provar isso bastaria percorrer as páginas da história da Igreja,

12. INÁCIO DE ANTIOQUIA, Carta aos Efésios, IV, 1, in Cartas de santo Inácio de Antioquia, 1970, s.p.

13. INÁCIO DE ANTIOQUIA, Carta aos esmirnenses, VIII, 1 e 2.

contidas nos vários e múltiplos concílios e mesmo normas das Igrejas particulares, com seus pastores preocupados em ordenar e organizar sua própria grei, distribuindo-a e assistindo-a do melhor modo possível¹⁴.

Gradativamente a Igreja foi se organizando para responder às exigências surgidas com a sua expansão. Já no século III encontra-se o relato de algumas grandes cidades que não comportavam o número de fiéis apenas na igreja episcopal. Segundo José Orlandis¹⁵, na Roma do IV século já existiam 40 lugares de culto, e na cidade de Alexandria, 10 locais. Tais templos e lugares de oração podem ser considerados como o embrião das paróquias urbanas, pois para cada um destes locais era mandado um presbítero para fazer as vezes do bispo. Os presbíteros enviados às igrejas titulares de Roma exerciam verdadeira cura de almas. Em cada título havia ao menos um presbítero, embora, com frequência, encontravam-se dois, três, até quatro. Nestas situações, o primeiro deles era o verdadeiro titular e se chamava prior, enquanto os demais recebiam os títulos de *secundus*, *tertius*, *quartus*. Este sistema, que muito se assemelha ao nosso atual modelo paroquial composto por um pároco e, quando necessário, por outros presbíteros com o título de vigários paroquiais, também se assemelha ao antigo colégio sacerdotal das religiões romanas. Tais colégios eram compostos de três membros intitulados *pontifex*, dentre os quais um deles gozava de uma posição superior,

14 M. Segú GIRONA, A Ecclesiae Imago, alguns textos conciliares e as figuras de paróquia correlacionadas com as de diocese e de vicariatos forâneos e o código de direito canônico de 1983, In Apolinaris commentarius Instituti Utriusque Iuris, 03 (2003) 3-4. O autor apresenta neste artigo dois modelos de dioceses que surgirão a partir do século IV e que nortearão o modus agendi da Igreja – inclusive em sua configuração paroquial: as dioceses “compactas”, em que toda a realidade eclesial dependia do bispo como único agente da pastoral, com seu clero sempre reunido e com a missão de assistir ao bispo em sua igreja episcopal ou catedral; e as dioceses romanas, sobretudo incentivadas pelo papa Marcelo (306-309), com o clero enviado à redondeza da cidade episcopal para realizar ali as funções que no modelo da Igreja compacta seriam reservadas ao bispo: temos aqui o embrião das paróquias.

15. José ORLANDIS, Historia de las instituciones de la Iglesia Católica – cuestiones fundamentales, 2005, p. 120.

o *pontifex maximus*¹⁶.

Segundo Kreutz, os presbíteros foram gradativamente se distinguindo entre aqueles que circundavam o bispo em sua igreja catedral, daqueles que eram enviados como delegados do bispo para governar uma igreja rural ou mesmo urbana, mas distante da sede episcopal. Aos padres da cidade, que viviam ao entorno do bispo, restavam poucas atribuições:

Não batizavam, eram assistentes durante o batismo. Não presidiam a celebração, concelebravam. Não pregavam, eram ouvintes. Não davam absolvição, preparavam os penitentes. Eram menos importantes que os diáconos com suas funções diretas e administrativas. [...] Os padres do campo, mesmo sendo de segunda ordem, tinham muito mais influência junto ao povo. Eram chefes da Igreja. Celebravam e exerciam todas as funções, junto com clérigos inferiores, e iam formando os seus próprios auxiliares. Enquanto os presbíteros da cidade se enfeitavam com títulos e disputavam honrarias, os presbíteros rurais, embora delegados do bispo, exerciam um ministério mais pessoal e imediato. Os bispos passam a ser então mais administradores¹⁷.

Com o edito do imperador Constantino em 313 reconhecendo o cristianismo como religio licita existente no território imperial, e ainda mais com o decreto de Teodósio, em 380¹⁸, proclamam-

16. Robert KANTOR, Estruturas gentílicas y asociativas, In Cuadernos Doc- torales Derecho Canónico, Instituto Martín de Azpilcueta Universidad de Navarra, 2002, p. 174.
17. Ivo José KREUTZ, A paróquia: lugar privilegiado da pastoral da Igreja, co- mentário jurídico-pastoral ao código de 1983, 1989, p. 44.
18. Desde 313 a Igreja pode desenvolver livremente a sua dimensão cultural e es- tabelecer atos jurídicos conforme as normas civis. Com a constituição Cunc- tos Populos do imperador Teodósio, de 28 de fevereiro de 380, fica ordenado a todos os habitantes do império a obrigação de professar o cristianismo com religião oficial do império. A antiga hostilidade torna-se proteção. Com isso a Igreja se aproveita, dentre outras realidades, do direito romano e da orga- nização administrativa imperial, assimilando gradativamente as categorias de diocese e paróquia para o âmbito eclesial (cf. REY, Enrique de Leon, in Myriam CORTÉS DIÉGUEZ M; José san José PRISCO (orgs.), Derecho Canónico I: el derecho Del pueblo de Dios, 2006, p. 8).

do a fé católica como oficial do império romano, as comunidades cristãs expandiram vertiginosamente. Neste período a organização eclesiástica que perdurou pelos primórdios da Igreja já não resistia aos novos desafios¹⁹. Era preciso dar novas respostas e a Igreja começou a se mover nesta direção. No norte da África, o cristianismo se estendeu rapidamente às pequenas cidades. No século IV, havia cerca de 500 bispos, semelhantes aos párocos da zona rural. Neste período os conceitos de paróquia e diocese, como hoje são concebidas, ainda se mesclavam²⁰.

Dentre os vários testemunhos sobre este período histórico de constituição de um ministério intermediário entre o bispo e os fiéis que se organizavam distantes da sede episcopal, temos a carta do papa Inocência I, no século V, acerca da tradição do *fermentum*: uma fração do pão eucarístico da celebração presidida pelo papa aos domingos e enviada aos presbíteros designados por ele para as comunidades de fiéis que gradualmente se organizavam nos arredores de sua diocese romana. Com este gesto ritual queria-se reafirmar a comunhão de todo o presbitério com o seu bispo, sem deixar de suprir as necessidades de se celebrar os sacramentos em outras comunidades que não apenas aquela em que o bispo se encontrava²¹.

Um outro aspecto revela a mudança gradativa desta realidade pastoral nas comunidades que surgiam aos arredores da comunidade episcopal. A figura do “presbítero” passa a ser chamado sacerdote, título até então reservado apenas aos bispos. Contudo, permanece uma clara distinção entre sacerdote de segunda ordem em comparação ao *sacerdos episcopus*. A prece litúrgica da ordenação presbiteral logo irá assimilar esta realidade teológica, invocando sobre o eleito o dom do Espírito, o qual provê de auxiliares os bispos escolhidos por Deus, e pede que aqueles que estão sendo ordenados possam *secundar* o seu bispo²².

19. Djalma Rodrigues ANDRADE, op. cit., p. 17.

20. Ivo José KREUTZ, op. cit., p. 45.

21. INOCÊNCIA I, Carta a Decência, In: SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA (org.), Antologia litúrgica, textos litúrgicos, patrísticos e canônico, p. 653.

22. Alphonse BORRAS, Les communautés paroissiales – droit canonique et perspectives pastorales, 1996, p. 15.

O termo “pároco” será muito mais tardio, tornando-se frequente na terminologia eclesiástica apenas a partir das últimas sessões do concílio de Trento. Seu significado, segundo Benigno Pires, origina-se do verbo grego *parego*, que significa “prestar auxílio”, visto que o pároco “está encarregado de distribuir aos fiéis que lhe estão confiados, *os dons divinos da salvação*”²³.

1.3 Crescente estabilidade do presbítero em sua comunidade de fiéis

O vínculo que se passou a existir entre a comunidade de fiéis e o ministro ali posto era de tamanha grandeza que se tornou critério para o estabelecimento de novos ministros para a Igreja. O concílio de Calcedônia (451) proibiu as chamadas “ordenações absolutas” (ou seja, aquelas ordenações em que o ordenando não fosse designado como ministro de uma comunidade de fiéis ou vinculado a um mosteiro) e inclusive as declarou inválidas²⁴. Isto porque para a Igreja antiga, o ministério ordenado só tinha razão de existência quando voltado para uma comunidade. Havia, pois, uma relação direta entre ordenação e comunidade local.

Com a *pax constantiniana* a Igreja passa a gozar também do direito de livremente se organizar não só em seu aspecto interno mas também externamente, com a formalização da divisão territo-

23. Silvério Benigno PIRES, In Codex iuris canonici de 1983: 10 anos de aplicação na Igreja e em Portugal, II jornadas de Direito Canonico, colecção Lusitânia Canônica 1, Centro de estudos de direito canônico Universidade Católica Portuguesa, (1995), p. 222.

24. “Ninguém deve ser ordenado presbítero, diácono ou clérigo de qualquer grau, de maneira absoluta. A quem for ordenado deve ser-lhe determinada, de maneira precisa, uma igreja urbana, uma igreja rural ou um mosteiro. O santo concílio decidiu que a ordenação dos que tiverem sido ordenados de maneira absoluta seja nula e considerada nula, e que, para a vergonha daquele que a conferiu, eles não poderão exercer as suas funções em parte nenhuma”, CONCÍLIO DE CALCEDÔNIA, 15ª sessão, ano 451, In SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA (org.), Antologia litúrgica, textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio, 2003, p. 1050. Poder-se-ia exegeticamente questionar o sentido do termo “nula”; todavia, a intenção deste trabalho é enfatizar o vínculo necessário entre o ministro e uma comunidade específica, e não os critérios de nulidade de uma ordenação na Igreja antiga.

rial dos fiéis. Gradativamente a Igreja vai assimilando a nomenclatura imperial também em seu governo eclesial, surgindo as *dioceses*, que, por sua vez, eram divididas em *paróquias* (duas realidades que até então se equivaliam), como consequência da rápida multiplicação dos cristãos e para melhor atendimento dos mesmos²⁵.

A propagação das paróquias rurais irá se efetivar com maior amplitude no período das invasões dos povos bárbaros. Neste tempo acontecerá um gradativo declive populacional nas cidades e, conseqüentemente, uma expansão do cristianismo na zona rural do império. Com este fator histórico as paróquias vão alcançando cada vez mais autonomia em relação ao governo episcopal que se encontrava nas cidades metropolitanas²⁶.

Outro fator de identidade desta nova estrutura eclesial nascente foi a permissão de se ter um local estável para a administração do batismo nas igrejas paroquiais²⁷. Até aproximadamente o século VI o batismo era celebrado somente na igreja episcopal. A partir deste período certas igrejas passaram a se diferenciar dos oratórios e demais locais de culto por terem a pia batismal. Nelas se administrava o batismo, e os clérigos que atendiam tais igrejas também exerciam as demais formas de cura de almas: presidência eucarística, pregação da palavra de Deus, atendimento de penitentes e moribundos, celebração de exéquias, matrimônios, etc. Até mesmo as igrejas fundadas por senhores feudais poderiam converter-se em igrejas paroquiais com todos os direitos e deveres inerentes à função paroquial²⁸, inclusive com a permissão de terem também pia batismal para a celebração deste sacramento pelos presbíteros que ali desempenhassem seu ministério pastoral.

Por fim, o que contribuiu para a crescente autonomia das comunidades paroquiais de realidade rural foi o fato dos párocos serem escolhidos entre os membros da própria paróquia²⁹. O “páro-

25. Ivo José KREUTZ, op. cit., p. 46.

26. Enrique de Leon REY, op. cit., p. 10.

27. Esta evolução histórica torna-se a fonte para o atual cânon 858 §1: “Toda igreja paroquial tenha pia batismal, salvo o direito cumulativo adquirido por outras igrejas”.

28. José ORLANDIS, op. cit., p. 120.

29. Vincenzo BO, *Parrochia tra passato e futuro*, 1977, p. 11.

co” não era um estranho designado para ali exercer seu ministério, mas, de certa forma, coproprietário e vinculado estreitamente à comunidade local. Era o responsável pelo patrimônio e o desenvolvia com a naturalidade de um proprietário. Neste contexto não se tornará difícil o estabelecimento da estabilidade para o ofício de pároco, pois a paróquia vai se estruturando cada vez com mais argumentos favoráveis para se tornar um centro de unidade religiosa e social: ali o fiel nascia, era batizado, crescia e era instruído, casava – e em tantos casos era ordenado para o serviço daquela mesma comunidade – recebia o viático e era sepultado como cristão.

Pode-se sintetizar a evolução histórica da comunidade paróquial até o concílio de Trento partindo das conclusões apresentadas pelo conhecido jurista Gianfranco Ghirlanda, que assim define paróquia:

Inicialmente o termo paróquia indicava o território que hoje chamamos diocese. Depois que aumentou o número de fiéis na zona rural e depois nas cidades, foram constituídos presbíteros a cujo cuidado pastoral foi confiada uma porção do povo de Deus. A partir do século V esses presbíteros começaram a residir estavelmente na zona rural e a serem ordenados para as igrejas ou paróquias rurais. Nas cidades, porém, com exceção de Roma e Alexandria, as paróquias começaram a ser constituídas somente a partir do século X. Com o concílio de Trento todas as dioceses foram divididas em paróquias com próprios e estáveis pastores³⁰.

Embora a síntese apresentada pelo referido especialista possa ser questionada por outros autores em algumas de suas afirmações, cremos que ela consegue exprimir uma razoável visão de conjunto sobre a evolução histórica da paróquia nos primeiros séculos da Igreja.

Por toda esta estreita ligação com que se vincula a paróquia com o clérigo presbítero adscrito a ela, desde tempos antigos tem-se denominado a ambos como *pastor proprius e populus proprius*. Assim como nos primeiros séculos da Igreja se considerou a união

30. Gianfranco GHIRLANDA, O direito na Igreja, mistério de comunhão – compêndio de direito eclesial, 2003, p. 651.

entre o bispo e sua diocese como um matrimônio espiritual, igualmente, em um período posterior, tal imagem fora aplicada gradativamente à união entre o pároco e sua paróquia³¹, chegando-se ao princípio de unicidade: um único pároco para uma única paróquia.

Mesmo que historicamente este princípio, por motivações diversas, não se tenha imposto de forma uniforme na Igreja³², o conceito de unicidade está claramente vinculado ao estudo do tema deste artigo, pois a atribuição do matrimônio espiritual para a realidade paroquial levou o concílio de Trento a estabelecer formalmente a divisão da comunidade diocesana em paróquias e a indicar para cada uma delas um pároco perpétuo³³.

2. Concílio de Trento e a reforma das instituições paroquiais

2.1 *Reorientação do instituto paroquial para a cura animarum*

O concílio de Trento é um marco na evolução histórica da paróquia e na constituição do pároco como pastor próprio e estável de um grupo de fiéis estavelmente constituído em um território. O contexto conciliar tridentino usará pela primeira vez a palavra pároco na legislação eclesíastica para designar a função do reitor da

31. Esta aplicação da imagem de matrimônio espiritual entre o pároco e sua paróquia foi reconhecida inclusive pelo decreto de Graciano, segundo Antonio S. SÁNCHEZ-GIL, in INSTITUTO MARTIN DE AZPILCUETA FACULTAD DE DERECHO CANONICO UNIVERSIDAD DE NAVARRA, Comentario exegético al código de derecho canónico, 2002, p. 1256.

32. Como, por exemplo, o sistema beneficencial, que proporcionava a acumulação de ofícios em vista dos benefícios econômicos advindos em anexo. Por consequência, boa parte dos autores terminou por negar o princípio da unicidade – tanto do pároco quanto da paróquia – como caráter essencial. Todavia, os mesmos autores sempre insistiram em defender a sua conveniência para o melhor desenvolvimento da cura pastoral que, a partir do Vaticano II se resplenderá como a grande finalidade da existência da paróquia e do pároco a ela confiada. (Cf. Antonio S. SÁNCHEZ-GIL, op. cit., p. 1257).

33. “uniquique suum perpetuum peculiaremque parochum assignent” (CONCÍLIO DE TRENTO, Sess. XXIV, 11.XI. 1563, Decretum de refomatione, c.13).

comunidade paroquial excluindo desse modo todas as demais nomenclaturas³⁴. É significativo ainda analisar de forma mais acurada a proposta do concílio tridentino acerca da reforma da estrutura eclesial de seu tempo, fundamentando-a na renovação do instituto paroquial “isenta da influência dos príncipes e dirigidas por sacerdotes reformados, sujeitos à residência e submetidos ao controle e autoridade do seu bispo”³⁵.

O concílio de Trento reorientará toda a instituição eclesiástica em direção à salvação das almas. “O princípio da *cura animarum* é o elemento unificador de todos os decretos de reforma do Concílio. Essa linha dá forma ao perfil da Igreja moderna”³⁶. O clero, tanto em sua natureza quanto em relação às suas opções e atos, deverá se definir essencialmente por sua função pastoral a serviço dos fiéis. “Os bispos à frente de suas dioceses; os párocos, das paróquias: essas são as duas colunas de sustentação da Igreja restaurada pelo concílio de Trento”³⁷.

O concílio adotará uma gama de medidas vinculantes, tanto do pároco em relação à sua paróquia quanto dos paroquianos com seu pároco, instaurando um estreito vínculo entre um território, os fiéis que ali habitam, uma igreja paroquial e o responsável por toda esta estrutura na pessoa do pároco designado para ali desempenhar seu ofício de governo, santificação e anúncio da Palavra de forma perpétua. Portanto, o concílio de Trento terá como fulcro reformador da Igreja, sua célula base, a paróquia³⁸.

34. Manuel LOURENÇO, op. cit., p. 44.

35. Ousada empreitada que fora aplicada no corpo eclesial de forma limitada. BORRAS Alphonse – ROUTHIER Gilles, *A nova paróquia*, s.d., p. 22.

36. Guido ZAGHENI, *A idade moderna, curso de história da Igreja*, vol. III, 1999, p. 182.

37. VENARD, Marc, *O concílio lateranense V e o Tridentino*, in Giuseppe ALBERIGO (org.), *História dos Concílios ecumênicos*, 1995, p. 346.

38. Além das reformas já elencadas, eis algumas outras inovações e exigências conciliares, segundo Manuel Lourenço: “As paróquias devem passar a ter uma delimitação territorial precisa de modo a que, urgindo-se a residência do pároco, sejam patentes todas as obrigações mútuas, pároco-paroquianos, já que é obrigação evangélica do pastor conhecer as suas ovelhas e elas conhecerem o seu pastor, o qual deve oferecer por elas a eucaristia (missa pro populo). Para tornar o ‘serviço pastoral’ exequível, facilite-se a divisão das paróquias por motivos pastorais, e urge-se mesmo esta divisão, por exemplo,

2.2 *A influência das Ordens mendicantes no conceito de estabilidade*

Convém agora analisar a opção tridentina pela cura de almas em um quadro mais abrangente, fruto de opções históricas paradoxais. Trento é fruto de seu tempo e suas propostas são respostas aos desafios enfrentados. Se a decadência moral e espiritual dos clérigos da baixa idade média é tão prolatada em inúmeros artigos que analisam com realismo a situação da Igreja desse período³⁹, é certo também que o concílio se inspirará em uma “novidade” que alimentou (e alimenta) espiritualmente muitas gerações de cristãos, e que contradiz ferozmente a atitude de muitos clérigos que por diversos motivos perderam a *cura animarum* como norte ministerial. Trata-se da positiva influência das Ordens mendicantes⁴⁰.

O essencialmente novo das referidas Ordens não era tanto a pobreza pessoal de seus membros individuais – visto que todas as Ordens anteriores haviam observado uma vida rigorosamente austera quanto à propriedade privada. O distintivo das

nas cidades, muitas das quais, apesar de sua dimensão, continuavam com uma única paróquia. Onde a dimensão não fosse possível ou conveniente, o bispo tinha a obrigação de providenciar nomeando coadjutor do pároco, quantos fossem necessários, para que o acesso à doutrina e aos sacramentos fosse facilitado a todos. De fato, a pregação e os sacramentos surgem como duas grandes tarefas paroquiais. O concílio insiste em que todo o ministério paroquial tenha um autêntico sentido pastoral. Acrescenta-se que o aparecimento do “direito de estola” e de “porção cônica” possibilitará uma maior autonomia econômica ao pároco com rendimentos beneficenciais exíguos. Para superar esta situação pode também o bispo unir paróquias de pequenas dimensões [...] a preocupação pastoral devida às péssimas consequências da multiplicação dos casamentos clandestinos levou o concílio a uma inovação radical de modo a garantir a prova da prestação do consentimento pelos nubentes. A Igreja só passará a reconhecer a validade dessa afirmação pelos seus súditos se esta for proferida diante de duas ou três testemunhas e, na presença do pároco [surgindo também os livros paroquiais de registros]. Também o ensino das crianças na paróquia mereceu especial atenção do concílio assim como o cuidado paternal a dispensar aos pobres e outros miseráveis” (Manuel LOURENÇO, op. cit. p. 45).

39. Guido ZAGHENI, op. cit., p. 27-32.

40. José ORLANDIS, op. cit., p. 146-147.

novas Ordens, em sua origem, era a pobreza coletiva⁴¹. Com isso vem à luz um tipo de Ordem que melhor respondia as exigências da nova realidade social que se anunciava. Os mendicantes não viviam como “senhores espirituais” – em contrapartida aos “senhores feudais” – mas como irmãos que conviviam com seus iguais. Praticavam a cura de almas sem se valer dos direitos adquiridos, mas em virtude de uma confiança mútua: não eram os homens que iriam a eles; eles iriam aos homens do campo, às crianças, soldados, presos, hereges, pagãos⁴².

2.3 *Delimitação territorial das paróquias e obrigação de residência*

A delimitação de forma exata do território próprio da paróquia, tornada obrigatória pelo concílio de Trento e realizada paulatinamente no corpo eclesial, buscará exprimir o desejo dos padres conciliares de que cada paróquia correspondesse uma população concreta e, conseqüentemente, da obrigação do pároco em residir junto a igreja paroquial para com isso poder servir e conviver com os fiéis aí residentes. Na sessão XXIV do concílio tridentino, encontramos a seguinte determinação disciplinar:

Também naquelas cidades e lugares onde as paróquias não tem limites determinados, nem os párocos um determinado povo para governar, mas administram os sacramentos indiscriminadamente àqueles que lho pedem, manda o santo concílio a todos os bispos que, para assegurarem melhor a salvação das almas que lhes estão confiadas, dividam o povo em paróquias determinadas e próprias e atribuam a cada uma o seu *pároco perpétuo e particular*, que possa conhecer os seus fiéis e que a estes só seja permitido receber os sacramentos

41. Princípio que o Vaticano II reafirmou para os nossos tempos e o código de 1983 apresentou como exigência jurídica: cada Instituto deve estabelecer normas convenientes que fomentem, defendam e manifestem a pobreza que lhe deverá ser própria. Teodoro Bahillo RUIZ, in Myriam CORTÉS DIÉGUEZ M; José san José PRISCO (orgs.), op. cit., p. 246.

42. Ludwig HERTLING, Historia de la Iglesia, 2006, p. 218.

da sua mão, ou deem sobre isto outra providência mais útil, segundo o exija a qualidade do lugar. Cuidem também de dar a isto execução o mais depressa que puderem, naquelas cidades e lugares onde não exista nenhuma paróquia; sem que obstem quaisquer privilégios ou costumes, embora sejam imemoriais⁴³.

Atenção especial dedicou o concílio tridentino à obrigatoriedade da residência dos clérigos responsáveis pela *cura animarum*: bispo residindo no território de sua diocese, pároco em sua paróquia. Estabelecida primeiramente a necessidade na sessão VI, capítulo I, ela se tornou mais rigorosa no terceiro período do concílio, na sessão XXIII, também em seu capítulo I. Se os padres conciliares não decretaram formalmente tal obrigatoriedade como *iure divino*, os mesmos ousaram afirmá-la como *praecepto divino mandatur*⁴⁴.

Tamanha exigência quanto à residência dos responsáveis pela cura de almas reflete a busca de superação de outro obstáculo que se estabeleceu através dos séculos: o benefício eclesiástico. Tal estatuto consistia em dois elementos: a atribuição de um ofício eclesiástico e o direito em receber as rendas provenientes ao ofício e destinadas ao sustento do clérigo adscrito⁴⁵. Não poucos bispos e párocos confiavam o cuidado pastoral de uma diocese e paróquia a outros, entregando-se a outros interesses, muitas vezes mundanos. Outros acumulavam benefícios, retendo a si os proventos e delegando o trabalho a terceiros que se contentavam com uma exígua parte dos rendimentos⁴⁶. “O concílio reverte [ou

43. CONCÍLIO DE TRENTO, sessão XXIV, 1563, decretum de reformatione, c.13. grifo nosso.

44. Guido ZAGHENI, op. cit., p. 183.

45. Tal instituto jurídico foi normatizado pelo código de 1917, c. 1409. Esta complexa figura era composta dos elementos essenciais unidos entre si: o ofício sagrado – espiritual – e o aspecto material – o direito às rendas do dote anexado ao ofício. Contudo, para que fosse propriamente um benefício eclesiástico, ainda era necessário a ereção de tal benefício pela competente autoridade e a perpetuidade objetiva desta ereção (cf. TIRAPU, Daniel, in CECIC, vol. IV/1, p. 100).

46. José ORLANDIS, op. cit., p. 134.

procura reverter] esta situação devolvendo ao ofício sagrado sua prioridade e dignidade: o direito de receber certo rendimento é uma consequência totalmente secundária da cura pastoral e não pode ser dele separado”⁴⁷.

A obrigação da residência canônica vinha ao encontro dessa patologia pastoral, não pela anulação do princípio benéfico (que se sucederá posteriormente com o concílio Vaticano II⁴⁸), mas pela proposta de sua purificação.

2.4 Demais disposições conciliares que repercutiram no instituto paroquial

Por fim, foi preocupação do concílio e de Pio V, papa responsável pela implementação da reforma conciliar, que todas as suas propostas quanto à doutrina e reforma dos costumes chegassem a todos os fiéis⁴⁹. Para tal intento, determinou que suas conclusões fossem anunciadas em todas as paróquias, para que todos os fiéis, clérigos ou leigos, mesmo os mais afastados, deles tivessem conhecimento – embora dificilmente tenha atingido uma feliz realização de suas aspirações por inúmeros motivos: falta de interesse dos próprios pastores em rever suas atitudes, dificuldade de relacionamento com o poder temporal em algumas nações⁵⁰, ou mesmo falta de imediato conhecimento sobre as reformas preconizadas

47. MARTINA, Giacomo, História da Igreja de Lutero aos nossos dias, vol. I – a era da reforma, 1997, p. 255.

48. PO 20: “É ao ofício que os ministros sacros desempenham que se deve dar a primeira atenção. Abandone-se, por isso, o sistema benéfico, ou passe ele, ao menos, por uma reforma tal, que o aspecto benéfico seja tido como secundário e, no direito, passe ao primeiro plano o mesmo ofício eclesiástico, que se há de entender doravante como qualquer múnus conferido de maneira estável, para um fim espiritual”.

49. “Durante seu pontificado, Pio V não parou de escrever aos bispos e aos príncipes para estimulá-los a traduzir em fatos os decretos tridentinos” (Marc VENARD, op. cit., p. 353).

50. Visto que, dado estreito vínculo entre Igreja e Estado nos países da cristandade, as decisões emanadas pelo concílio não poderiam ser aplicadas sem antes obterem o beneplácito dos poderes estatais. Marc VENARD, op. cit., p. 351.

pelo concílio⁵¹.

As prescrições sobre a fundação de seminários nas dioceses com a finalidade de preparar, para a cura de almas, um clero que fosse não apenas numericamente suficiente, mas sobretudo adequadamente formado com alto padrão moral, zelo pelas almas, teológica e intelectualmente instruídos, igualmente repercutiu a longo prazo nas paróquias que receberiam pastores com sólida convicção acerca dos deveres inerentes ao ministério pastoral. No decreto da instituição de seminários, foram inseridos quase que textualmente “as normas que constavam nas Constituições de Pole para Inglaterra em 1555, e que já eram executadas com êxito nos colégios dos jesuítas em Roma⁵²”.

Os decretos reformatórios do concílio deixavam entrever que havia firme resolução por parte da Igreja de se eliminar de suas fileiras os muitos abusos que se tornaram incontestáveis, bem como revalorizar os antigos valores e ideais cristãos. Com isso, gradativamente foi-se recuperando na Igreja um “salutar otimismo” acerca do futuro⁵³.

Quanto à dificuldade de relacionamento com o poder temporal, citemos o necessário beneplácito dos Estados para a aplicação das decisões conciliares em cada território⁵⁴. Variadas foram as atitudes nas diversas nações. Dentre elas, a França acolheu os decretos

51. Manuel LOURENÇO, op. cit., p. 43.

52. Germano TÜCHLE, Nova história da Igreja III – reforma e contra-reforma, 1971, p. 153.

53. Idem, p. 157.

54. Em Portugal e em suas colônias – logo, também no Brasil, o sistema que regia a relação Igreja e Estado era determinado pelo regime do padroado, cabendo ao rei de Portugal proceder às nomeações e ao sustento dos principais ofícios eclesiásticos. Durante todo o período colonial, o Brasil enfrentou uma realidade dúbia: se o concílio de Trento prescrevia a perpetuidade do pároco em sua função, tal nomeação formal implicava em ônus financeiro para a coroa portuguesa; desse modo, surgiram duas figuras que serão como o embrião dos párocos inamovíveis e amovíveis: vigário ou pároco colado (para aqueles que, após o concurso, fossem constituídos estavelmente pela autoridade diocesana com a apresentação e o sustento econômico por parte de El-Rei de Portugal, com a conseqüente perpetuidade no múnus e a dotação régia); vigário ou pároco encomendado (com características semelhantes ao administrador paroquial, surgindo quando o pároco ainda não fora reconhecido oficialmente pelo rei. Contudo, a falta de intervenção estatal induzia à precariedade no ofício paroquial). (cf. Eugênio Veiga de ANDRADE, Os párocos no Brasil no período colonial 1500-1822, 1977, p. 34-38.

dogmáticos, mas não os de reforma disciplinar por considerá-los contraditórios com as “liberdades galicanas”⁵⁵. Com esta atitude estatal, a Igreja francesa já começa a dar sinais do que acontecerá posteriormente, tanto nos antecedentes da revolução francesa quanto no seu decurso e consequências.

3. Surgimento dos Párocos amovíveis e inamovíveis

3.1 *A Igreja francesa antes e durante a revolução*

No período subsequente ao concílio desenvolve-se uma efervescência religiosa⁵⁶. Em diversos países os decretos conciliares serão gradativamente executados com reconhecidos ganhos de legítima vida cristã⁵⁷. Não obstante a esfera eclesial dar continuidade à sua purificação pela restauração de uma coerente vivência dos valores evangélicos por parte de ministros ordenados e fiéis leigos, a sociedade igualmente dá início a uma transformação radical dos princípios filosóficos que a regem. Sobretudo a partir do século XVII acontece uma gradual cisão de relacionamento entre as realidades civil e religiosa, partindo, inclusive, para uma inversão dos poderes entre as duas sociedades cujos membros são comuns. “A prevalência passará da Igreja para uma nova interferência nos assuntos eclesiásticos por parte dos Estados, cada vez menos ‘democráticos’ e que irão se digladiar a tempo da revolução francesa”⁵⁸.

A identificação do rei absolutista com o Estado francês acresceu gradativamente a consciência de uma autonomia nacional da Igreja francesa. As amplas atribuições do rei ao interno da Igreja na

55. Germano TÜCHLE, op. cit., p. 298.

56. Se a intenção primeira do concílio tridentino fora a reconciliação com os protestantes, logo se percebe sua frustração; todavia o seu alcance superou em muito este fim. Sua principal obra foi ter projetado luz sobre os problemas de fé e disciplina que a Igreja enfrentava. (cf. Ludwig HERTLING, op. cit., p. 346).

57. Neste processo de aplicação dos decretos conciliares, destaca-se a obra realizada por São Carlos Borromeu em Milão, tornando-se modelo exemplar para toda a Igreja de seu tempo (cf. Marc VENARD, op. cit., p. 354-355).

58. Manuel LOURENÇO, op. cit., p. 46.

França e a autoadministração da Igreja local repercutiam na busca das liberdades galicanas que, porém, nunca foram definidas com clareza ou especificadas totalmente⁵⁹. “Havia em toda parte uma resistência sentimental contra a jurisdição centralista do papa e contra a tese da infabilidade, ainda não definida como dogma de fé”⁶⁰.

Este era o contexto eclesial francês nos alvares da revolução. No entanto, se a revolução francesa não tinha como seu primeiro e principal intento combater a Igreja católica, tal perseguição que se sucedeu, tornou-se, historicamente, um fato irrefutável, dado que a Igreja estava tão envolvida em todos os acontecimentos que se seguiram ao início da revolução (e mesmo em seus precedentes), que fora inevitável ao instituto eclesial (e sobretudo eclesiástico) sofrer as drásticas consequências da revolução, tanto em seu corpo interno quanto em sua relação com a sociedade civil⁶¹.

Resumidamente, podemos identificar dois grandes períodos no decurso da revolução francesa: o revolucionário e o napoleônico. Ambos criaram sérios embaraços para a Igreja (repercutindo posteriormente nas estruturas paroquiais). Contudo, como fora afirmado acima, a continuação da história da Igreja na França (e nos países por ela dominados) seria uma verdadeira via-sacra que seguramente não ultrapassou duas estações, mesmo com suas pausas entre cada uma delas⁶².

O período revolucionário (com a nacionalização dos bens da Igreja, a *Constituição civil do clero*, a supressão das Ordens religiosas, a laicização do casamento, as medidas persecutórias contra o clero e os leigos fiéis à Igreja) produziu uma

59. Desde o século XIII o direito dos reis a respeito da administração e das rendas dos benefícios vacantes tinha cessado, exceto na França. Com Luís XIV o rei francês abre mão da regalia temporal, mantendo, contudo, a espiritual de nomear os bispos o que chegará na publicação dos 4 artigos galicanos. Apoiada pelo parlamento, a doutrina galicana manter-se-á até o século XIX, condensando-se num episcopalismo muito radical (cf. Germano TÜCHLE, op. cit., p. 302).

60. Idem, p. 298.

61. Ludwig HERTLING, op. cit., p. 422.

62. L. J. ROGIER; J. de Bertier SAUVIGNNY, Nova história da Igreja IV – Século das luzes, revoluções, restaurações, 1971, p. 137.

espécie de paralisia no catolicismo em relação ao mundo. O período napoleônico desorganizou as estruturas de poder da Europa inteira e criou uma situação de conflito com a Igreja, subvertendo sua vida interna. Na Itália, Napoleão modificou numerosas dioceses, secularizou os bens da Igreja, destruiu as ordens religiosas, privou a Igreja e o Estado pontifício da presença e da ação do papa⁶³.

Com toda esta instabilidade social e eclesial, a Igreja precisou responder novamente aos desafios que se avizinharam em seus diversos departamentos e instâncias. A vida paroquial não poderia ficar indiferente a toda esta problemática.

3.2 Consequências da revolução para o instituto paroquial - CIC 1917

Após o choque causado pela revolução francesa e pelas intervenções napoleônicas, tanto na França como em outras partes do continente europeu, viveu-se um período de restauração. Com a realização do Congresso de Viena em 1815, as grandes monarquias europeias, ameaçadas pelas hordas revolucionárias, estabeleceram uma ordem conservadora mantida até 1848⁶⁴.

Pode-se sentir com maior ou menor intensidade as consequências operadas pelas reformas napoleônicas nos países europeus (e suas respectivas colônias), conforme o tempo da ocupação francesa. No âmbito religioso, a Igreja precisou readaptar-se em sua organização interna após o período de supressão de mosteiros, colégios, associações religiosas, alienação das propriedades eclesiais e, sobretudo, pela instauração de iniciativas “democráticas” no governo eclesial, como a nomeação de párocos pela via popular⁶⁵.

63. Guido ZAGHENI, op. cit., p. 356.

64. Willian César Castilho PEREIRA, Sofrimento psíquico dos presbíteros, dor institucional, 2012, p. 80.

65. Estas e outras mudanças não ocorreram de uma forma uniforme em todos os países ocupados pela revolução francesa. Em alguns, como Portugal, Espanha e Áustria, manteve-se a estrutura anterior, enquanto que alguns países, como França, Itália, Bélgica e Alemanha, passaram por radicais interferências. Assim, neste período de restauração, a Igreja buscou de forma homo-

Com a concordata assinada entre o legado pontifício e Napoleão Bonaparte em 15 de julho de 1801, todas as 23.000 paróquias francesas foram suprimidas, criando-se apenas 3.000 (uma em cada distrito). Para suprir as necessidades que surgiram, criaram-se “paróquias sucursais”, dependentes da igreja paroquial. Aos párocos inamovíveis, o governo francês se responsabilizava em pagar altas espórtulas, enquanto aos párocos das sucursais – ou amovíveis – a cônica correspondente era insignificante⁶⁶.

Se em um primeiro momento o pároco tornou-se “funcionário público”, nomeado, pago e manipulado pelo governo estatal – mesmo que marcado por uma “aura” democrática no processo de sua nomeação; num segundo período, na passagem do absolutismo para o liberalismo, a Igreja precisará “aprender” a lidar com o fim dos privilégios. Muito se ganhou com o fim da intromissão dos Estados na vida ordinária da Igreja e em suas estruturas internas, mas, ao mesmo tempo, a Igreja precisou se abrir à nova ordem que se estabelecia e compreender as aparentes perdas como verdadeiros ganhos⁶⁷.

O conceito de párocos inamovíveis estabeleceu-se nestas situações constrangedoras provocadas pela revolução.

Os inamovíveis eram os párocos propriamente ditos, com seus proventos pagos pelo governo; já os amovíveis eram uma categoria de párocos inferiores, pois eram tidos como sucursais da paróquia civilmente reconhecida. A concordata [entre a França e a Santa Sé] facultava aos bispos remover a seu bel-prazer os párocos sucursais⁶⁸.

A *mens legislatoris* do concílio tridentino era pela nomeação perpétua do pároco – logo, toda paróquia era inamovível, mesmo que ainda não carregasse essa terminologia codicial⁶⁹. Neste mo-

gênea envolver-se no processo de recomposição de sua identidade original, eliminando a confusão existente entre estruturas eclesíásticas e estruturas civis (Guido ZAGHENI, op. cit. p. 32-33).

66. José Everaldo RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 123.

67. Ludwig HERTLING, op. cit., p. 431.

68. José Everaldo RODRIGUES FILHO, op. cit., p. 122.

69. Nas constituições sinodais da Bahia, em 1700, não existia nem sequer a

mento histórico marcado pela revolução muitos párocos foram afastados de suas paróquias pelo governo civil. Diante da urgência, a Santa Sé tolerou a prática dos bispos franceses em nomear párocos *ad nutum episcopi*. Conforme fosse a situação social específica daquela freguesia, a gravidade das possíveis causas de remoção do pároco a ser nomeado e o reconhecimento civil da paróquia, assim seriam os critérios para a nomeação do mesmo, com maior ou menor estabilidade⁷⁰. Todavia, mesmo diante do exposto, a nomeação sempre se deu por tempo indefinido⁷¹.

Não obstante o primeiro estágio da revolução ser intransigente quanto à interferência do Estado no governo da Igreja, a mentalidade filosófico-social que se desenvolveu posteriormente foi ainda mais traumática para as instituições eclesiais – mesmo que *a posteriori* compreenda-se em seus aspectos positivos: os eclesiais, gozando de plena liberdade no exercício da própria missão religiosa, para tudo o que estiver fora do desenvolvimento de sua função específica não gozam de nenhum privilégio, pois, na qualidade de cidadãos como

menção de alguma paróquia com o seu titular nomeado ad tempus. “A paróquia não perpétua era completamente desconhecida pelas Constituições sinodais” (Eugênio de Andrade VEIGA, op. cit., p. 52).

70. Sabe-se que após as disposições introduzidas pelo governo francês com a concordata napoleônica de 1801, a “amovidade” e a “inamovidade” se tornaram comuns na maior parte da França, Bélgica, parte da Alemanha e nos Países Baixos incorporados ao império. Algumas dioceses da Espanha e da Itália também haviam seguido uma regra estranha ao ordenamento canônico daquele período: o bispo conservava a cura habitual em toda a sua diocese e delegava a cura atual a vigários amovíveis ad nutum. Por sua vez, o III concílio plenário de Baltimore, em 1884, decidiu – com a aprovação da Santa Sé – que um em cada dez párocos seria amovível – situação parecida com o concílio plenário de Westminster em 1852 e o da Escócia em 1881. O concílio plenário da América Latina, reunido em Roma em 1899, solicitou à Santa Sé a faculdade de poder considerar todos os párocos como amovíveis, devido a impossibilidade de organizar o concurso requerido pelo direito de então para a colação de párocos. A resposta recebida se limitou a exigir, na medida do possível, que, ao menos as principais paróquias fossem conferidas ad tramitem iuris; para as demais, aceitou-se o pedido e se concedeu como se solicitava, por um período de dez anos (cf. Ariel D. BUSSO, El tempo de nombramiento de los párocos, In Anuario Argentino de Derecho Canónico, vol. XI, p. 115).

71. Antonio S. SÁNCHEZ-GIL, op. cit., p. 1243.

todos os demais, devem se valer dos mesmos direitos e cumprir os mesmos deveres na submissão às mesmas leis. “A defesa dos velhos privilégios pareceria hoje como um abuso da missão religiosa confiada ao sacerdote, como um desvio em benefício próprio da autoridade espiritual concedida por Deus para o bem das almas”⁷².

Se a Igreja não acolheu de forma imediata as proposições revolucionárias de *igualdade, fraternidade e liberdade* (por mais ideológicas ou mesmo falaciosas que possam ser), é certo que gradativamente a mesma mentalidade fora se instaurando em meio ao clero, teólogos e canonistas – visto que em meio aos leigos sua assimilação fora mais pacífica (mesmo que sutilmente). Ainda seria necessário um razoável período histórico para que o concílio ecumênico Vaticano II pudesse acolher tais princípios⁷³ e, posteriormente canonizá-los na forma de um código de leis em 1983.

No cerne de todo debate deste período sobre as paróquias, os benefícios conexos à *cura animarum* tornaram-se também, a longo prazo, uma motivação para a reforma das estruturas. Se o sistema benéfico tinha suas sérias motivações originais que, deturpadas com o tempo, foram corrigidas por Trento por meio da obrigação da residência canônica; irremediavelmente, com o passar dos anos, o ofício de cura de almas (com seu anexo benéfico) fora perdendo sua conotação de pároco pastor, dando lugar ao pároco proprietário⁷⁴ – detentor de privilégios frente aos seus iguais que não possuíam as mesmas benesses, ou mesmo frente ao povo que de longe poderia usufruir a seguridade garantida pelo ofício perpetuamente desempenhado pelo clérigo designado para tal. O código pio-benedictino dedicou-se exaustivamente ao estatuto jurídico dos “benefícios” – 79 cânones – regularizando a sua prática⁷⁵ até sua

72. Giacomo MARTINA, História da Igreja de Lutero aos nossos dias, vol. III – A era do liberalismo, 2005, p. 75.

73. Eis alguns princípios encontrados nos textos conciliares do Vaticano II: sobre a grandeza da liberdade, o bem comum, a igualdade de todos os seres humanos: GS 4, 17, 26; toda declaração *Dignitatis Humanae* acerca da liberdade religiosa à luz da Revelação.

74. Antonio S. SÁNCHEZ-GIL, op. cit., p. 1243.

75. Um dos grandes limites que o sistema benéfico codificado em 1917 apresentava era o condicionamento dos ofícios eclesiais às rendas deles derivados. Esta complexa figura jurídica apresentava, não poucas vezes, dificult-

revisão – e extinção – pelo Vaticano II⁷⁶.

O código de 1917 recolheu toda a situação eclesial de seu tempo e se propôs a dar uma necessária resposta, reconhecendo uma possível distinção ao estabelecer os diferentes graus de estabilidade do pároco. Até o presente momento o conceito de inamovidade era desconhecido, visto que só se falava de *perpetuitas e rector perpetuus*⁷⁷. Será o código de 1917 que haverá de considerar a inamovidade como regra geral, e limitou a nomeação de párocos amovíveis apenas para aquelas paróquias já existentes com tal característica. Entretanto, favorecia-se a transformação de todas as paróquias em inamovíveis, por considerar que uma maior estabilidade do pároco em seu ofício redundava em maiores ganhos para o bem das almas⁷⁸.

Contudo, não se falava de perpetuidade em termos absolutos, mas sim em oposição à nomeação temporal do ofício de pároco⁷⁹. Desse modo, o conceito de perpetuidade fora traduzido em termos jurídicos posteriormente por inamovidade, concretizada formalmente pela nomeação por tempo indefinido, embora sem excluir a possibilidade da remoção por causas graves, conforme as normas do direito posteriormente estabelecidas pelo código pio-benediti-

dade às autoridades competentes na nomeação ou remoção dos titulares dos ofícios: não pela cura de almas, mas pelos benefícios que os ofícios continham. Tal sistema não fomentava a equidade, pois dava lugar à desigualdade entre os clérigos e limitavam a liberdade dos bispos (cf. TIRAPU, Daniel, in CECIC IV/1, p. 101).

76. Luigi CHIAPPETTA, *Il Codice di diritto canonico, commento giuridico-pastorale*, vol. 2, libri III-IV-V-VI, 2011, p. 549-551.
77. Ariel D. BUSSO, op. cit., p. 116.
78. Interessante ressaltar o que prescrevia o 3º § do c. 454 do código pio-benedicto, segundo o qual as paróquias inamovíveis não poderiam ser transformadas em amovíveis a não ser com o beneplácito da Sé apostólica; enquanto as amovíveis poderiam ser transformadas pelo bispo em inamovíveis apenas com o consentimento do cabido da catedral. Por fim, acerca da criação de novas paróquias, prescreve o referido cânon que sejam inamovíveis – a menos que o bispo, segundo prudente arbítrio, e atendendo a peculiares circunstâncias de lugares e de pessoas, ouvido o parecer do cabido, decrete ser mais conveniente a criação da paróquia amovível.
79. “se llegó de esta manera a una situación muy nueva y distinta de la praxis precodicial: stabilitas para todos, pero perpetuitas subjetiva para ninguno” (Ariel D. BUSSO, op. cit., p. 118).

no, sempre segundo o bem das almas⁸⁰. Todavia, como também se afirmava que os párocos deveriam ser estáveis⁸¹, e tal característica não impediria que todos pudessem ser removidos conforme o que se prescrevia o direito, afastava-se desse modo a perpetuidade absoluta, mesmo tratando-se dos párocos inamovíveis⁸².

3.3 O conceito de estabilidade no código de 1983

Conforme a clássica afirmação de João Paulo II, o novo código, talhado a partir das conclusões do concílio Vaticano II, deveria ser considerado “como grande esforço de transferir, para a linguagem canônica, a própria eclesiologia conciliar”⁸³. E continua a afirmar o romano pontífice que “também daí promana a característica que faz considerar o código como um complemento do magistério proposto pelo Vaticano II, particularmente no que tange às duas constituições, dogmática e pastoral”⁸⁴.

De fato, inaugurado o concílio em 1962, as comissões conciliares ofereceram para o exame dos bispos participantes 75 esquemas com os mais variados assuntos. Dentre eles, havia um esboço sobre o status das paróquias e dos benefícios⁸⁵. Com o desenrolar das aulas

80. c. 451 §1: “Párroco est el sacerdote o la persona moral a quien se há conferido la parroquia em titulo com cura de almas, que se ejercerá bajo la autoridad del Ordinário del lugar”.

c. 454 §1: Los que son puestos al frente de uma parroquia para administrarla como rectores propios de la misma, deben ser estables em ela: lo cual, sin embargo, no quita que todos puedan ser removidos conforme al derecho”.

§2: Pero no todos los párocos adquieren la misma estabilidad: los que gozan de mayor, suelen lhamarse inamovibles: y los que de menor, amovibles.

81. c. 454 §1 do código de 1917.

82. O que já estava previsto desde 1910 com o decreto Maxima Cura, da sagrada congregação consistorial, fixando definitivamente os elementos constitutivos e processuais para a remoção administrativa do ofício de pároco (fosse ele inamovível ou não) e do benefício anexo a este ofício, inserido posteriormente no código de 1917 (Ariel D. BUSSO, op. cit., p. 116-117).

83. IOANNES PAULUS PP. II, Codex iuris canonici, Constitucione apostolica: Sacrae disciplina eleges (25 ianuarii 1983), in AAS LXXXV Pars I (1983), p. 17.

84. IOANNES PAULUS PP. II, Codex iuris canonici, p. 17.

85. LIMA, Maurílio César, Introdução à história do direito canônico, 2004, p. 165.

conciliares, os esquemas apresentados foram drasticamente revistos, originando os 16 documentos. Se não houve nenhum documento específico sobre o múnus paroquial, é certo que tal realidade faz-se presente, sob seus vários aspectos, em diversos documentos⁸⁶.

A distinção entre párocos amovíveis e inamovíveis não consta no ordenamento canônico de 1983. Sendo o código atual fruto do concílio Vaticano II, o ordenamento canônico assimilou o que preconiza o decreto *Christus Dominus* 31:

Os párocos tenham nas suas paróquias a estabilidade que pede o bem das almas. Portanto, suprimida a distinção entre párocos amovíveis e inamovíveis, reveja-se e simplifique-se o modo de proceder na transferência e remoção dos párocos, para que o bispo, observando a equidade natural e canônica, possa prover melhor às exigências do bem das almas.

No processo de revisão deste estatuto jurídico específico, a comissão de revisão do código estabeleceu como princípio que deveria reger o conceito de estabilidade (que assumiu de forma explícita a antiga normativa de párocos amovíveis e inamovíveis) o bem espiritual dos fiéis e da comunidade paroquial. Queria-se, deste modo, afastar dois temores interpretativos que poderiam dar lugar a expressão “tempo indefinido”, pois não se pode compreender que este se determine exclusivamente pela vontade do Ordinário Local, nem tão pouco por parte do pároco, como detentor de um ofício que lhe confira uma inamovidade absoluta⁸⁷. O ofício paroquial não tem razão de existir em si mesmo, nem na autoridade competente que o constitui; sua existência se funda na necessidade de uma comunidade muito bem definida e será o bem desta comunidade o fio condutor que irá nortear a nomeação, a permanência,

86. De forma explícita ou implícita, a realidade paroquial como comunidade local em que se concretiza a vivência e a atuação da Igreja de Cristo encontra-se presente nos seguintes documentos do concílio: constituição dogmática *Lumen Gentium*; constituição *Sacrosanctum Concilium*; decreto *Ad gentes*; decreto *Christus Dominus*; decreto *Presbyterorum Ordinis*; decreto *Apostolicam actuositatem*.

87. Julio MANZANARES; Antonio MOSTAZA; José Luis SANTOS, José Luis, *Nuevo Derecho parroquial*, 2010, p. 33.

a destituição ou transferência do titular do ofício conferido.

Em outras palavras, o principal fator de estabilidade do pároco se encontra na raiz eclesiológica. O pároco é pastor próprio⁸⁸ de uma comunidade, o que implica agir em decorrência de seu próprio ofício. A natureza do pároco não é vicária, mas própria. Embora subordinado ao bispo diocesano – e por isso exercendo o seu ministério debaixo da autoridade do mesmo⁸⁹ – o pároco não age em nome do bispo. De nada serviria uma comunidade estavelmente constituída – como é a paróquia – se o seu pastor próprio também não é marcado pela estabilidade em seu ofício. Caso esta estabilidade se constitua por tempo determinado, ao menos que seja com uma expectativa definida, mas consideravelmente larga⁹⁰.

3.4 A Paróquia hoje

Uma séria dificuldade no exercício do ministério pastoral por parte do pároco encontra-se nas dimensões que, sobretudo no Brasil, as paróquias se encontram. Na Europa um grande número de paróquias passa hoje por um período de redução ou fusão. Contudo, no Brasil, há um crescendo neste início do século XXI. Vejamos alguns dados estatísticos⁹¹.

Em relação ao número de paróquias:

1990	7.478	
2010	10.720	+ 43,35%

88. Esta definição aparece apenas 4 vezes no código latino atual: cc. 515 §1 e 519, referindo-se ao pároco; c. 516 §1 referindo-se ao quase-pároco; c. 370 referindo-se àquele que governa uma prelazia ou abadia territorial “do mesmo modo que um bispo diocesano” (logo, de forma análoga, aplica-se também o conceito de pastor próprio para o bispo diocesano, visto que o termo “pastor próprio” não aparece com estas palavras no c. 381 quando trata dos bispos diocesanos).

89. E este é o limite da autonomia do pároco, expresso por três vezes no código: cc. 515 §1, 519 e 528 §2.

90. Ariel D. BUSSO, op. cit., p. 122.

91. Dados do último censo realizado em 2010. CENSO 2010, disponível em: <http://www.ceris.org.br/pdfs/analise_censo_igreja_2011.pdf>; acesso em 26 de junho de 2012.

Em relação ao número de paróquias por diocese:

1990	29,32	
2010	38,84	+ 32,47%

Em relação ao número de habitantes por presbítero:

1990	10.324,88	
2010	8.624,97 ⁹²	- 16,46%

Em relação ao número de presbíteros por paróquia:

1990	1,89	
2010	2,064	+ 9,21%

Uma superficial análise dos dados apresentados nos apresenta uma perspectiva otimista frente ao futuro. Houve uma relativa queda no número de habitantes por presbíteros, o que, em tese, facilitaria ao pároco assumir a função de pastor do rebanho circunscrito ao seu território paroquial e estabelecer um relacionamento personalizado com os fiéis colocados ao seu cuidado (e aos presbíteros provisionados como seus auxiliares). Contudo, se os números são consoladores, os novos desafios enfrentados pelas paróquias e pelos párocos colocados à frente do povo de Deus são bem maiores do que uma vasta população. Hoje as paróquias apresentam a seus párocos a pluralidade de realidades existentes dentro de um mesmo território paroquial, criando a necessidade de respostas variadas para o reto desempenho da missão da Igreja⁹³.

Cuidar pastoralmente de uma paróquia na atualidade implica superar uma visão institucional que se solidificou com o passar dos tempos⁹⁴. Por mais que o aspecto da administração seja – e necessita – ser valorizado, a experiência do cuidado, da *cura animarum*

92. O quadro apresentado acima (com a diminuição do número de habitantes por presbíteros) seria alentador se não fosse a má distribuição dos padres no território nacional e o baixo índice de novas paróquias em regiões de maior extensão geográfica.

93. Ivo José KREUTZ, op. cit., p. 127-128.

94. CELAM, Conclusões da Conferência de Medellín, 1968, n.15.4.

torna-se fundamental para as novas exigências pastorais surgidas no contexto da pós-modernidade e canonizadas pela necessidade da estabilidade do responsável pela comunidade paroquial: o pároco. Administram-se fábricas, instituições, fazendas, indústrias. Cuidam-se das pessoas⁹⁵.

Se na sociedade tradicional a paróquia fora a faceta do catolicismo institucional – nela se era batizado e inserido em uma tradição plurisecular que se bastava por si, inclusive por falta de concorrência de outras organizações; após o concílio Vaticano II “emerge a figura da paróquia pensada como comunidade, como família, como povo de Deus. A experiência comunitária torna-se o valor fundamental. A comunidade desloca o acento da hierarquia para a fraternidade, para o serviço”⁹⁶, e o pároco precisará se adequar a este novo *modus vivendi* no exercício de seu ministério.

São João Paulo II insistiu nesta nova concepção de paróquia e, conseqüentemente, da nova imagem do pároco, em muitos de seus escritos. Citemos *Ecclesia in America* 41:

Ocorre continuar na procura dos meios com os quais a paróquia e as suas estruturas pastorais se tornem mais eficazes nas zonas urbanas. Um meio de renovação paroquial, particularmente urgente nas paróquias das grandes cidades, pode ser encontrado talvez considerando a paróquia como comunidade de comunidades e de movimentos. Isto permitirá viver mais intensamente a comunhão com a comunidade paroquial à qual pertencem tais grupos, e com toda a Igreja diocesana e universal. Desta forma será mais fácil, no âmbito deste contexto humano, reunir-se na escuta da palavra de Deus, para refletir, à sua luz, sobre os vários problemas humanos e concluir opções responsáveis inspiradas no amor universal de Cristo. A instituição paroquial assim renovada, pode suscitar uma grande esperança. Pode formar comunitariamente as pessoas, oferecer ajuda à vida familiar, superar a condição de anonimato, acolher as pessoas e ajudá-las a inserir-se no

95. Jesus Benedito SANTOS, Novo presbítero católico sob a mística do cuidado, 2012, p. 248.

96. Idem, p. 249.

âmbito local e da sociedade. Deste modo, hoje cada paróquia, especialmente as sediadas nas cidades, poderá promover uma evangelização mais pessoal, e, ao mesmo tempo, aumentar as relações positivas com os outros agentes sociais, educacionais e comunitários. Mais, este tipo de paróquia renovada requer uma figura de pastor que, sobretudo, cultive uma profunda experiência de Cristo vivo, com espírito missionário, coração paterno, que seja animador da vida espiritual e evangelizador, capaz de promover a participação. A paróquia renovada necessita da colaboração dos leigos, de um animador da atividade pastoral e da capacidade do pastor de trabalhar com os demais. As paróquias na América se devem notar pelo espírito missionário, que as levem estender a própria ação fora dos próprios limites⁹⁷.

Tais prerrogativas da paróquia renovada e de seu pároco, apresentadas por João Paulo II, não foram exclusividade deste documento pós-sinodal. Inúmeros outros documentos eclesiais irão desdobrar tal vertente, dentre os quais, chama-nos a atenção às conclusões da Conferência de Aparecida⁹⁸. Aos párocos, exorta o referido documento:

A renovação da paróquia exige atitudes novas dos párocos e dos sacerdotes que estão a serviço dela. A primeira exigência é que o pároco seja autêntico discípulo de Jesus Cristo, porque só um sacerdote apaixonado pelo Senhor pode renovar uma paróquia. Mas, ao mesmo tempo, deve ser ardoroso missionário que vive o constante desejo de buscar os afastados e não se contenta com a simples administração⁹⁹.

97. EA 41.

98. “A renovação das paróquias no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular, conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão”. DOCUMENTO DE APARECIDA, Texto conclusivo da V conferência Geral do Episcopado latino-americano e do caribe, 2007, n. 172 (a partir daqui, DAp).

99. DAp 201.

Conclusão

É inquestionável que a paróquia passa por profundas transformações – como toda instituição social neste início de século marcado por uma mudança de época¹⁰⁰. Para que diante da pluralidade de desafios e do número elevado de fiéis (ou de moradores no território paroquial), o pároco possa corresponder eficazmente à sua missão de pastor, pai e incentivador da vida eclesial, urge ainda hoje que seu ministério seja marcado pela estabilidade, não mais ao estilo tridentino, com um vínculo exclusivo entre o pároco e cada uma de suas ovelhas individualmente, mas agora, por meio de comunidades e grupos menores, animadas pela figura do pastor, mas com a responsabilidade exercida por lideranças locais – e, em sua maioria, leigas¹⁰¹.

Uma verdadeira estabilidade do pároco em sua paróquia possibilitará ao mesmo conhecer com maior clareza a realidade social e eclesial de seu rebanho¹⁰², prover organismos que se aproximem dos fiéis e incentivar as estruturas que realizem o que propõe as atuais *Diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil*: “Entre as formas de renovação da paróquia está a urgência de uma setorização em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e ordenação que permitam maior proximidade com pessoas e grupos que vivem na região”¹⁰³. Desse modo, a paróquia continuará sendo um ponto de referência importante para o povo cristão e até mesmo para os não-praticantes, como preconizava São João Paulo II¹⁰⁴.

100. CNBB, *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010*, 2008, n. 13.

101. c. 529 §2: “O pároco reconheça e promova a parte própria que os fiéis leigos têm na missão da Igreja, incentivando suas associações que se propõe finalidades religiosas. Coopere com o próprio bispo e com o presbitério da diocese, trabalhando também para que os fiéis sejam solícitos em prol do espírito de comunhão na paróquia, sintam-se membros da diocese e da Igreja universal e participem ou colaborem nas obras destinadas a promover essa comunhão”.

102. O que necessariamente exigirá frequentemente os primeiros anos do ofício paroquial, para só então dar início a um trabalho consistente (cf. Ariel D. BUSSO, op. cit., p. 122).

103. CNBB, *Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015*, 2011, n. 19.

104. CTd n. 67.

Referências

- ANDRADE, Eugênio Veiga de. *Os párocos no Brasil no período colonial 1500-1822*. Salvador: Beneditina, 1977.
- ANDRADE, Djalma Rodrigues. *Reinventar a paróquia? Sonhar em tempo de incertezas*. São Paulo: Loyola, 2006.
- ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História dos Concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.
- BO, Vincenzo. *Parrochia tra passato e futuro*. Assis: Cittadella Editrice, 1977.
- BORRAS, Alphonse. *Les communautés paroissiales – droit canonique et perspectives pastorales*. Paris: Les éditions du Cerf, 1996.
- BORRAS Alphonse; ROUTHIER Gilles. *A nova paróquia*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, s.d.
- BRASIL. CENSO 2010. Disponível em <http://www.ceris.org.br/pdfs/analise_censo_igreja_2011.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2012.
- BUSSO, Ariel D., El tempo de nombramiento de los párrocos. In *Anuario Argentino de Derecho Canónico*, vol. XI. Pontificia Universidad Católica Argentina; Facultad de Derecho Canónico Santo Toribio de Mogrovejo, Buenos Aires, 2004.
- CELAM, *Conclusões da Conferência de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1968.
- _____. *Documento de Aparecida, Texto conclusivo da V conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2007.
- CHIAPPETTA, Luigi, *Il Códice di diritto canonico, commento giuridico-pastorale*, vol. II, libri III-IV-V-VI, 3ª ed. Bologna: Dehoniane, 2011,
- CÓDIGO de Direito Canônico. São Paulo: Loyola, 1983.
- CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o Apostolado dos Leigos. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Decreto *Ad Gentes* sobre a Atividade Missionária da Igreja. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Decreto *Christus Dominus* sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

- _____. Decreto *Presbyterorum Ordinis* sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa. In *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2008-2010. São Paulo: Paulinas, 2008. (Documentos da CNBB 87)
- _____. Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 2011-2015. São Paulo: Paulinas, 2011 (Documentos da CNBB 94)
- GHIRLANDA, Gianfranco. *O direito na Igreja, mistério de comunhão – compêndio de direito eclesial*. 2ª ed. Aparecida: Santuário, 2003.
- GIRONA, M. Segú. A Ecclesiae Imago, alguns textos conciliares e as figuras de paróquia correlacionadas com as de diocese e de vicariatos forâneos e o código de direito canônico de 1983. In *Apolinaris commentarius Instituti Utriusque Iuris* 76 (2003), Roma, s.p.
- HERTLING, Ludwig. *Historia de la Iglesia*. Barcelona: Herder, 2006.
- INÁCIO DE ANTIOQUIA. Carta aos Efésios. In *Cartas de santo Inácio de Antioquia*. Tradução e notas de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Carta aos esmirnenses*. In *Cartas de Santo Inácio de Antioquia*. Tradução e notas de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1970.
- INOCÊNCIO I. Carta a Decêncio, PL 20, 552-560, In SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA (org.), *Antologia litúrgica, textos litúrgicos, patrísticos e canônicos*, Lisboa: Dinalivro.
- KANTOR, Robert. Estruturas gentílicas y asociativas. In *Cuadernos Doctorales Derecho Canónico Instituto Martín de Azpilcueta Universidad de Navarra* 19 (2002), Navarra.
- KREUTZ, Ivo José. *A paróquia: lugar privilegiado da pastoral da Igreja, comentário jurídico-pastoral ao código de 1983*. São Paulo: Loyola, 1989. (Igreja e direito 6)
- LA FUENTE, Eloy Bueno de. *Eclesiologia*. Madrid: BAC: 2004.
- LOURENÇO, Manuel. A paróquia: perspectiva histórico-jurídica. In *A paróquia comunidade de fiéis – actas da XI jornadas de Direito Canónico*. Lisboa, 2003.
- MANZANARES, Julio; MOSTAZA; Antonio; SANTOS, José Luis, *Nuevo Derecho parroquial*. Madrid: BAC, 2010.

- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja de Lutero aos nossos dias, vol. I – A era da Reforma*. São Paulo: Loyola, 1997.
- _____, *História da Igreja de Lutero aos nossos dias, vol. III – A era do liberalismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- ORLANDIS, José. *Historia de las instituciones de la Iglesia Católica – cuestiones fundamentales*. Navarra: EUNSA, 2005.
- PEREIRA, William César Castilho. *Sufrimento psíquico dos presbíteros, dor institucional*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PIRES, Silvério Benigno. In *Codex iuris canonici de 1983: 10 anos de aplicação na Igreja e em Portugal, II jornada de Direito Canonico*. Coleção Lusitânia Canônica I, Centro de estudos de direito canônico Universidade Católica Portuguesa (1995), Lisboa: Editora Universidade Católica de Lisboa.
- RODRIGUES FILHO, José Everaldo. A estabilidade ministerial na paróquia, (1ª parte). In *Revista Direito Pastoral* 48 (2004), Rio de Janeiro, p. 100-130.
- ROGIER L. J; SAUVIGNNY, J. de Bertier. *Nova história da Igreja IV – século das luzes, revoluções, restaurações*. Tradução de Leonardo P. Smeele. Petrópolis: Vozes, 1971.
- SÁNCHEZ-GIL, Antonio S. In INSTITUTO MARTIN DE AZPILCUE-TA FACULTAD DE DERECHO CANONICO UNIVERSIDAD DE NAVARRA, *Comentario exegetico al código de derecho canónico*, EUNSA, Pamplona, 2002.
- SANTOS, Jesus Benedito. *Novo presbítero católico sob a mística do cuidado*, Aparecida: Santuário, 2012.
- SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA (org.). *Antologia litúrgica, textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima: Gráfica Coimbra, 2003.
- TEIXEIRA, Alfredo. *Entre a exigência e a ternura, uma antropologia do habitat institucional católico*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- TÜCHLE, Germano. *Nova história da Igreja III – reforma e contra-reforma*. Tradução de Waldomiro Pires Martins. Petrópolis: Vozes, 1971.
- VEIGA, Eugênio de Andrade. *Os párocos no Brasil no período colonial 1500-1822*. Salvador: Benedictinas, 1977.
- ZAGHENI, Guido. *A idade moderna, curso de história da Igreja, vol. III*. São Paulo: Paulus, 1999.